



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO EVENTO “DIA D – TODA
COMUNIDADE PARTICIPANDO” EM UMA ESCOLA DE IPATINGA-MG**

NEUZA ALVES DUARTE SOUZA

BELO HORIZONTE

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO EVENTO “DIA D – TODA
COMUNIDADE PARTICIPANDO” EM UMA ESCOLA DE IPATINGA-MG**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do curso de Especialização (Iatu Sensu) em Gestão Escolar sob orientação da Professora Aline Gabriele Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Neuza Alves Duarte Souza

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO EVENTO “DIA D – TODA COMUNIDADE PARTICIPANDO” EM UMA ESCOLA DE IPATINGA-MG

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de 2015, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Profª.Mª. Aline Gabriele Pereira – Orientadora

Profª. Neuza Alves Duarte Souza - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este texto a todos os gestores das escolas estaduais de Minas Gerais, em especial aos diretores que fazem parte da Secretaria Regional de Ensino de Coronel Fabriciano, que nesta caminhada têm demonstrado compromisso, esperança e responsabilidade com o seu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo seu imenso amor e pela sua proteção, ao meu esposo e aos meus filhos, as orientações da professora Maria Cristina e da professora orientadora do TCC, Aline Gabriele Pereira, que incentivou e fez as pontuações necessárias para a construção deste texto.

RESUMO

Este trabalho tem como tema a participação dos pais na escola, em especial no “Dia D”, que é uma ação pedagógica que envolve educadores e comunidade, realizada por meio de uma parceria entre o Governo de Minas e os municípios do Estado. A escolha do tema deu-se em função de ser um grande desafio enfrentado pela gestão escolar efetivar a participação dos pais. Sendo assim, o propósito deste trabalho é buscar elementos para dar suporte à escola para aperfeiçoar suas relações com a comunidade escolar, com o objetivo de melhorar sua participação no evento Dia D, e para tanto, foi utilizada a análise bibliográfica de autores que estudam o tema. Constata-se que a escola precisa ter maior clareza de seu papel, refletir sobre a importância de exercer uma gestão democrática. Para garantir a participação é preciso repensar o fazer da escola, tendo foco no diálogo para uma construção diária, em envolver a comunidade escolar, que aos poucos se sentirá a vontade para participar das decisões da escola, e conseqüentemente fazer parte de sua rotina.

Palavras-chave: Relação família-escola; Gestão democrática; Projeto político-Pedagógico; Dia D – Toda Comunidade Participando.

SUMÁRIO

1– INTRODUÇÃO	7
2 – O DIA D – TODA COMUNIDADE PARTICIPANDO	8
3 - A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA.....	10
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	16
ANEXO: Projeto Político-Pedagógico.....	18

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido com objetivo de refletir a respeito dos resultados da participação dos pais na vida escolar dos filhos(as), em especial no “dia D¹ - Toda Comunidade Participando”, das escolas estaduais, tendo como foco a Escola Estadual Sônia Maria Silva Gomes, situada em Ipatinga.

A escolha do tema realizou-se em função de ser um grande desafio enfrentado pela gestão escolar efetivar a participação dos pais na escola, sobretudo no “Dia D”, dia determinado pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Este dia é definido no calendário escolar do ano vigente com o objetivo de propor uma reflexão sobre o resultado das avaliações internas, e principalmente das avaliações externas, e estabelecer metas e ações a curto, médio e longo prazo para alcançar a melhoria da qualidade da educação na escola, garantindo uma aprendizagem significativa para os alunos.

A evidência que comprova pouca participação efetiva neste dia é justamente o baixo percentual de comparecimento dos pais, que requer investigação sobre suas causas, pois a escola não consegue desenvolver um trabalho de excelência sem o compromisso e a participação.

Essa ideia é frisada por Barreto (2005, p.42), que afirma que “por mais que nos esforcemos, se não abrimos os portões da escola para o mundo que o cerca, não vamos conseguir levar plenamente a bom termo a nossa complexa tarefa educativa”.

Também Gadotti (2014, p.10), ao fazer referência ao documento da primeira Conferência Nacional de Educação (Conae), destaca que “não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na escola”.

Percebe-se que, apesar do compromisso da escola em relação ao trabalho pedagógico, da organização, do planejamento, dos espaços da escola, do envolvimento do fazer pedagógico, há também um desencantamento por não ter bons resultados no que tange à participação ou até mesmo a valorização do trabalho

¹ O dia D é uma ação pedagógica que envolve educadores e comunidade, realizada por meio de uma parceria entre o Governo de Minas e os municípios do Estado. Neste momento as escolas fazem uma discussão para repensar as estratégias de ensino e adequar o plano de intervenção pedagógica, apresentando-o à comunidade escolar para que ela também possa apresentar suas sugestões. Este dia é denominado de ‘Toda a comunidade participando’.

da escola pela comunidade escolar. Se a escola está abrindo os seus portões, mas ainda não consegue efetivar a participação satisfatória de pais o que de fato precisa ser feito?

Para responder esse questionamento, o propósito deste trabalho é buscar elementos para dar suporte à escola para aperfeiçoar suas relações com a comunidade escolar, com o objetivo de melhorar sua participação no evento Dia D, e para tanto, a metodologia utilizada será a análise bibliográfica de autores que estudam o tema.

2 – O DIA D – TODA COMUNIDADE PARTICIPANDO

A Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) determina no Calendário Escolar para todas as escolas estaduais o DIA “D”. De acordo com as orientações contidas no Guia do Dia D da SEE/MG, esse evento

é uma ação pedagógica do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP/Ensino Fundamental) instituída em 2007 pela Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) e realizada, a cada ano, conjuntamente pelas redes estadual e municipais de ensino (SEE/MG, 2014, p.3).

Este Dia D é realizado em dois momentos. O primeiro, denominado “Toda escola pode fazer a diferença”, envolve todos os funcionários. Na Escola Estadual Sônia Maria Silva Gomes em Ipatinga, este encontro acontece nos dois turnos, no turno matutino (1º ao 5º ano) e vespertino (6º ao 9º ano) para garantir a participação de 100% dos funcionários, pois a maioria dos professores trabalha em outra rede de ensino.

O segundo momento, denominado, “Toda a Comunidade participando”, é realizado ao sábado, com a participação dos pais, alunos, professores, equipe pedagógica e diretiva, também realizado nos dois turnos, com intuito de garantir a participação dos pais e dos professores.

Esses momentos são significativos e é ressaltada a sua importância também no Adendo ao Guia de Revisão e Reorganização do Plano de Intervenção Pedagógica:

É um evento de importância significativa por ser o momento em que todas as escolas e toda a Comunidade Escolar se reúnem, para analisar as práticas pedagógicas e o desempenho da instituição e dos alunos nas avaliações externas (PROALFA e PROEB) e internas e, assim, planejar as ações que contribuirão para a melhoria do ensino (SEE/MG, 2013, p.3).

A Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais sugere como suporte, para garantir a realização do trabalho, vários passos para a elaboração e/ou reorganização do Plano de Intervenção Pedagógica no Dia D.

Entretanto, se todas as orientações são seguidas e realizadas no âmbito das escolas estaduais, por que a escola em análise não consegue garantir a participação efetiva dos pais nesse momento tão importante para a qualidade da educação oferecida?

A equipe diretiva é responsável pela divulgação do evento através de bilhetes ou cartazes, mensagens e questionários. No ano de 2014, o primeiro momento do Dia D “Toda a Escola Pode fazer a Diferença” foi realizado no dia 13 de agosto. Teve a participação de 100% dos funcionários, do representante da Secretaria Regional de Ensino (SRE) de Coronel Fabriciano, bem como do inspetor Escolar e da palestrante Cássia Carolina Oliveira Nascimento, representante da editora Saraiva, a qual ajudou na análise, reflexão dos resultados e estabelecimento de ações para melhoria dos resultados.

O segundo momento foi realizado no dia 23 de agosto (sábado letivo) e foram realizadas algumas ações como: análise de gráficos comparando os resultados anteriores e o atual; as metas estabelecidas para a escola; e o resultado do IDEB. Foi proferida uma palestra, com o tema “Importância da família na vida escolar dos filhos”, com a especialista em neurolinguística, Aline Pacheco. Após este momento, os pais foram divididos em grupos para dar sugestões, tendo como suporte professores, supervisora pedagógica e a diretora. Cada grupo indicou um representante para apresentar a proposta.

Compareceram no turno matutino, que atende alunos do 1º ao 5º ano, 71 pais e 78 alunos. No turno vespertino, do 6º ao 9º ano do Ciclo Intermediário e Ciclo da Consolidação, somente nove pais compareceram e 39 alunos vieram à escola. Considerando-se que a escola atende 432 alunos e oitenta (80) pais compareceram ao evento, obteve-se uma porcentagem de apenas 18,5% de participação.

Nesse dia os pais participaram da rotina da escola com seu filho, fizeram fila, cantaram e foram para a sala de aula juntamente com o seu filho. E na sala de aula responderam um questionário², cujo objetivo era saber sobre a participação na vida escolar do filho e a expectativa em relação ao trabalho da escola.

²Somente 48 pais responderam, porque chegaram pontualmente no início do encontro.

Foram feitas reflexões também no Plano de Intervenção Pedagógica elaboradas pelos pais, referente ao ano de 2013. Os pais deram sugestões significativas, reforçando as decisões tomadas nos anos anteriores.

Os alunos do 6º e 7º ano (Ciclo Intermediário) e 8º ao 9º ano (Ciclo da Consolidação) sugeriram ações para melhorar a qualidade da educação.

Após análise dos resultados e das sugestões dos profissionais, dos pais, alunos; e cientes das metas estabelecidas para a escola, posteriormente é reelaborado o Plano de intervenção Pedagógica/PIP³ tendo como suporte as orientações da Secretaria Estadual de Educação que reconhece:

Nesse sentido, o maior legado da realização do Dia D é a (re)construção anual do Plano de Intervenção Pedagógica da Escola e, como sabemos, a participação dos pais e responsáveis nessa etapa, apresentando suas sugestões para as ações com foco na aprendizagem dos alunos, é imprescindível para a construção da qualidade social da educação básica (SEE/MG, 2014, p.3).

É importante ressaltar que na Escola Estadual Sônia Maria Silva Gomes, a participação dos pais é significativa nas reuniões do final de cada bimestre, atingindo 90% de participação. Sendo assim, cabe questionar por que apenas no dia D essa participação é tão divergente daquela obtida nos demais eventos da escola?

3 - A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Conforme visto anteriormente, vários autores afirmam que a participação dos pais é muito importante para melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas. Sendo assim, outra questão que se destaca é como a escola pode estimular os pais e responsáveis de seus alunos a se envolverem mais nas atividades escolares?

Segundo Barreto,

é preciso, pois criar na escola um ambiente acolhedor para ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino, como encara os deveres de casa e as condições que os alunos têm para fazê-los, como entende a avaliação e os processos de recuperação, assim como tudo o que mais preocupa em relação à educação dos filhos (BARRETO, 2005, p.43).

E este momento determinado pela Secretaria Estadual de Educação, intitulado como o “Dia D”, foi criado justamente com o objetivo de ouvir os pais, as

³ O PIP é um programa desenvolvido em todas as escolas do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de oferecer apoio pedagógico à equipe escolar e garantir a aprendizagem do aluno e a consequente melhoria do desempenho da escola.

suas angústias e expectativas, mostrar os resultados dos trabalhos realizados na escola, e traçar estratégias coletivamente para atingir as metas definidas.

Para tanto, foi elaborado também um instrumento para entender o ponto de vista dos pais sobre a escola. Através de um questionário, foi feita a seguinte pergunta aos pais: Podemos contar com o seu compromisso na vida escolar do seu filho? Quarenta e sete pais disseram que sim, somente um pai que respondeu que não sabia. E aos alunos foi feita a seguinte pergunta: Seus pais acompanham a sua vida escolar? Vinte oito alunos responderam que sempre, quinze disseram às vezes e um disse que não tem acompanhamento familiar.

Alguns pais ao serem questionados sobre o porquê da não participação, justificam que estão satisfeitos com o que a escola oferece e acabam se eximindo de sugerir. O que se percebe é que os pais, em sua maioria, também não disponibilizam de tempo para participar do encontro em questão, que geralmente exige mais horas de permanência no espaço escolar.

Dessa forma, a escola em questão percebe a dificuldade maior dos pais em participar do “dia D” e destaca dois possíveis fatores: o dia definido da semana e o tempo de duração do evento. Em relação ao dia, sábado, este é determinado pela SEE, no calendário escolar das redes estaduais de Minas Gerais, tendo sido pensado justamente para facilitar a participação e, entretanto, ela não ocorre.

A escola realiza o evento em dois momentos no “dia D” “Toda Comunidade Participando”, pela manhã e a tarde, com objetivo de que os pais tenham mais oportunidade de participar, mas ainda não se obteve resultado positivo.

Para que esta data seja alterada, talvez caiba à escola sugerir à diretora da Superintendência Regional de Ensino (SRE), que faça uma avaliação junto às outras escolas da regional e comunique a SEE, sobre a possibilidade de flexibilidade na data de realização do evento, estipulando um prazo já determinado, para que as escolas de acordo com a sua realidade, tenham autonomia para escolherem o melhor dia e horário do evento.

É importante frisar que as reuniões de pais que são realizadas no final de cada bimestre têm ótima participação dos pais porque acontecem no horário extraturno, durante a semana. A data também é definida previamente no calendário escolar pela direção da escola, e o horário é de 18h15min às 20h15min.

A reunião de pais dos alunos do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano é realizada em dia diferente, mas no mesmo formato. O atendimento aos pais é individual e segue a

ordem de chegada, o pai assina a folha de presença e acontece da seguinte forma: os professores regentes ficam na sala de aula e o responsável, já com o boletim em mãos, entra e conversa com o professor. Do 6º ao 9º ano, cada professor (disciplinas diferentes), fica na sala ou outro espaço previamente definido e identificado; os pais de posse do boletim, escolhem com qual professor irão conversar, sendo orientados a conversar pelo menos com um professor da turma.

Além disso, em função de a escola oferecer o ensino fundamental de 09 anos, a culminância de alguns projetos são realizados no coletivo (envolvendo os dois turnos), como acontece, por exemplo, na “Festa da Família”, “Cantata de Natal” ou em palestras, e os demais são separados.

Analisando a participação da família em culminância de projetos interdisciplinares, há boa participação dos pais dos alunos do 1º ao 5º ano, percebe-se maior envolvimento para ver os filhos apresentarem os números artísticos e culturais. As apresentações podem acontecer durante o horário das aulas, mas na maioria das vezes, são realizadas no extraturno, possibilitando maior participação da família.

Entretanto, do 6º ao 9º ano, percebe-se menos envolvimento dos pais, esse fato é sempre questionado pela escola e pelos pais, e a queixa dos mesmos é que o filho não entrega o convite. O que a escola deve fazer para amenizar este problema? Souza (2009, p. 127), afirma que “não parece possível erradicar o autoritarismo sendo autoritário, construir diálogo sendo demagógico, superar a violência agindo de forma preconceituosa”.

Comparando a participação dos pais em outros eventos, além da diferença nas datas e duração, é notória também uma diferença no formato dos eventos, nos quais se percebe uma participação passiva. A escola convida os pais para participar de vários momentos de atividades organizadas por ela, sem realmente delegar para eles alguma função, enquanto o “dia D” exige uma postura mais ativa e democrática, na qual eles possam se sentir inseguros.

A escola precisa refletir se um encontro democrático por ano a tornaria uma escola democrática e se as informações que os pais têm sobre o trabalho da escola, são suficientes para falar ou sugerir ações de melhoria. Nesse sentido, Souza (2009, p. 135) ressalta que “não parece possível um sujeito participante avaliar o trabalho desenvolvido na escola se não tem acesso às informações que lhe permitam produzir tal avaliação”.

Assim se faz necessário olhar para dentro da escola, observar, reavaliar as ações executadas, o relacionamento dos alunos, dos professores e alunos, o espaço num todo, e se colocar no lugar dos pais.

É ressaltado por Ribeiro e Andrade (2006, p.388) que:

as próprias bases norteadoras da ação escolar, ou seja, seus documentos oficiais, apesar de trazerem hipóteses sobre as dificuldades de uma relação positiva com as famílias, não tem propostas de ação efetivas e repetem os estereótipos.

De fato o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico desta escola não mencionam ações significativas para garantir a participação efetiva dos pais neste “Dia D” ou em seus demais eventos. É necessário tornar o compromisso com uma maior participação das famílias parte do planejamento oficial da escola, criar ações e metas efetivas para que essa participação se dê de forma efetiva.

Para Barreto (2005, p.42) as escolas têm problemas das mais diversas naturezas, entretanto,

seu problema maior e seu maior desafio têm a ver com a função social que ela exerce, que é a de assegurar a todos a permanência na escola com aquisição de aprendizagens significativas, oportunidades de exercício da cidadania, desenvolvimento das potencialidades de cada um e com um preparo básico para o mundo do trabalho.

É um grande desafio para a escola cumprir sua função social, entretanto é preciso ver as possibilidades que se abrem: uma participação efetiva das famílias, somada à implementação democrática, pode realmente formar não apenas alunos, mas toda a comunidade para o exercício da cidadania. Por isso é fundamental a existência de experiências que permitam às famílias se apropriarem deste espaço de ouvir, de falar e de tomar decisões coletivamente.

Ribeiro e Andrade (2006) falam sobre o sentimento dos pais de incapacidade de participar das decisões da escola, ou da forma como eles se sentem muitas vezes julgados e desconfortáveis no ambiente escolar. Esse conflito as vezes é vivenciado, e a escola em determinado momento assume o seu poder em detrimento do diálogo e sua atitude acaba afastando os pais.

Também Souza (2009, p. 134) questiona “até que ponto a participação dos pais e alunos na definição e na avaliação dos rumos da escola é bem aceita pelos professores e dirigentes?”.

Segundo Ribeiro e Andrade (2006, p.386) os pais valorizam sim, a escolarização, sendo esta “o principal meio de ascensão na escala social”. Porém

cabe à escola criar ambiente e ações para que eles se sintam corresponsáveis e aos poucos percebam que sua participação é valorizada.

Por isso é importante validar esse momento. Mesmo com pouca participação, a escola tem que acolher e valorizar o que os pais estão trazendo, ouvir com cautela suas angústias, os desafios, as sugestões e as decisões tomadas para cumprir as metas estabelecidas a curto, médio e longo prazo. Estas decisões do coletivo da escola são anexadas ou são incorporadas em seu Projeto Político-Pedagógico, o qual é um documento referencial para o trabalho pedagógico.

Essa responsabilidade precisa ser compartilhada principalmente com a família e esta participação está expressa no Artigo 205 da Constituição de 1988 e no art.2º da LDB, que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Se é dever de ambos, cabe refletir o papel de cada um para que haja de fato o exercício da cidadania diante das decisões a serem tomadas pelos pais no âmbito escolar, pois as vezes parece que há uma lacuna entre o agir da escola e o agir da família.

A escola está certa que este momento do “dia D” é significativo, pois remete a uma abertura mais democrática, na qual os pais conhecem melhor o trabalho da escola como um todo, podem opinar e buscar melhorias. Nesse sentido, é necessário que a escola avalie também, como está exercendo a gestão escolar. Souza (2009), a partir da sua pesquisa, destaca um conceito sobre a gestão democrática:

Reconhecendo-a como um processo político que é mais amplo do que apenas as tomadas de decisão que é sustentado no diálogo e na alteridade, na participação ativa dos sujeitos do universo escolar, na construção coletiva de regras e procedimentos e na constituição de canais de comunicação, de sorte a ampliar o domínio das informações a todas as pessoas que atuam na/sobre a escola (SOUZA, 2009, p. 136).

Para garantir a participação é preciso repensar o fazer da escola, tendo foco no diálogo para uma construção diária, em envolver a comunidade escolar, que aos poucos se sentirá a vontade para participar das decisões da escola, e consequentemente fazer parte da rotina dela.

E a escola poderá intensificar algumas ações para garantir a participação efetiva dos pais, como:

- Elaborar ações efetivas e criar mais espaços significativos (previstos no Projeto Político-Pedagógico da escola) para ouvir, avaliar e refletir sobre as ações desenvolvidas e os resultados obtidos com os pais, alunos e professores;
- que os segmentos do Colegiado Escolar sejam mais participativos criando estratégias para garantir a participação da maioria;
- divulgar mais esses momentos, enviando informativo com mensagens, sobre a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos;
- enviar gráfico com a participação do pais no “Dia D” dos anos anteriores;
- reduzir o tempo de encontro com os pais;
- sensibilizar, incentivar os alunos sobre a presença dos pais neste dia;
- divulgar no informativo escolar do dia D, com pais falando sobre a importância deste momento;
- Entrar em contato com a SRE na busca por flexibilizar o evento e dar à escola mais autonomia para organizá-lo de acordo com sua realidade.

Através dessas ações propostas, a escola pretende continuar buscando um estreitamento em sua relação com as famílias, permitindo também que elas opinem sobre como essa relação pode ser melhor.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi de buscar elementos para dar suporte à escola para aperfeiçoar suas relações com a comunidade escolar, com objetivo de melhorar sua participação no evento do Dia D.

Vários autores falam sobre a importância da participação dos pais na vida escolar do filho(a) e afirmam Ribeiro e Andrade (2006,p.386), “a relação entre família e escola vem sendo incentivada pelas políticas públicas, apontada como fundamental para uma escolarização, bem sucedida”.

Essa responsabilidade precisa ser compartilhada principalmente com a família e esta participação também expressa no Artigo 205 da Constituição de 1988 e no art.2 da Lei de Diretrizes Bases da Educação Brasileira. Se é dever de ambos cabe refletir o papel de cada um para que haja de fato o exercício da cidadania diante das decisões a serem tomadas pelos pais no âmbito escolar para que não aja uma lacuna entre o agir da escola e o agir da família.

É ressaltado por Ribeiro e Andrade (2006, p.388) que: “as próprias bases norteadoras da ação escolar, ou seja, seus documentos oficiais, apesar de trazerem hipóteses sobre as dificuldades de uma relação positiva com as famílias, não tem propostas de ação efetivas e repetem os estereótipos”. De fato o Regimento Escolar

e o Projeto Político-Pedagógico não mencionam ações significativas para garantir a participação efetiva dos pais neste Dia D, sendo necessário reelaborar estes documentos importantes para o desenvolvimento do trabalho.

O objetivo proposto foi alcançado, a escola precisa ter maior clareza do seu papel e refletir sobre a importância de exercer uma gestão democrática, “sustentado no diálogo, na alteridade, na participação ativa dos sujeitos do universo escolar” (SOUZA, 2009, p. 136).

Esta pesquisa poderá contribuir para o aprimoramento da gestão escolar, para repensar as estratégias desenvolvidas e ações inovadoras sejam criadas, para garantir a participação efetiva dos pais neste momento tão significativo que é o Dia D e permite analisar a situação de pouca participação dos pais neste dia D, nas escolas estaduais de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- BARRETTO, E. S. de S. . Escola cidadã: demandas e perspectivas. Debate: Retratos da Escola - **Programa Um Salto para o futuro**. 2005, p. 40-46. Disponível em <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf>> acesso 22/12/2014.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**- LDB 9394/96, Brasília; 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> acesso 22/12/2014.
- _____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> acesso 22/12/2014.
- GADOTTI, M. . **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf> acesso 22/12/2014.
- RIBEIRO, D. de F. ; ANDRADE, A. dos S . A assimetria na relação entre família e escola pública. **Paideia** (Ribeirão Preto), v. 16, p. 385-394, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n35/v16n35a09.pdf>> acesso 22/12/2014.
- SEE/MG. **Guia de Revisão e Reorganização do Plano de Intervenção Pedagógica**. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. 2013. Disponível em <http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/pip/CARTILHA_PIP_GUIA_REVISAO_WEB.pdf>. Acesso em 22/12/ 2014.
- SEE/MG. **Adendo ao guia de revisão e reorganização do Plano de intervenção pedagógica** - edição 2013. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Subsecretaria de Desenvolvimento de Educação Básica, Superintendência de Desenvolvimento da Educação Infantil e Fundamental. 2014.

SOUZA, Â. R. de . Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 25, p. 123-140, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/07.pdf>> acesso 22/12/2014.

ANEXO: Projeto Político-Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA
ESTADUAL ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO**

**NEUZA ALVES DUARTE SOUZA
SILVÂNIA MARIA DA SILVA BRITO
VANILDA ANANIAS DA SILVA**

**Belo Horizonte
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA
ESTADUAL ANTÔNIO LOUREIROS SOBRINHO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Maria Cristina Marinho Serra Negra do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Belo Horizonte
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA	7
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA	11
3. CURRÍCULO	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
5. PROCESSOS DE DECISÃO	21
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	23
7. AVALIAÇÃO	25
8-CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
9-REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) representa “o corpo e a alma da escola, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa.” (OLIVEIRA, 2005)

Veiga (1998) afirma que existem vários caminhos para construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Segundo Oliveira (2005, p.1)

[...] é necessário que a construção do PPP tenha bases democráticas e participativas, efetivando a educação como um bem público e de direito de todos, por isso essa construção deve considerar as necessidades de quem dela se utiliza e sua implementação precisa acontecer com qualidade social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) ressalta a importância desse instrumento pautado numa gestão democrática, tendo

[...] como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola (SOUZA, 2005, p.).

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, foi criada sob o Decreto de nº 24.547 de 22 de março de 1985, conforme Processo nº 12.748, aprovado em 04 de março de 1.985, Parecer 126/86 e publicação do “MG” de 19 de março de 1985.

A escola com sede na cidade de João Monlevade - MG está situada à Rua Luiz Gonzaga s/nº, Bairro Santo Hipólito, numa zona urbana periférica, oferece o Ensino Fundamental e funciona em dois turnos, matutino e vespertino, atendendo 137alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano - do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar). Ela funciona em dois endereços, sede e anexo: sede - turno matutino 3º, 4º e 5º anos, e no vespertino 2º e 3º anos totalizando 103 alunos; no anexo funciona comum a turma do 1º ano, uma turma do 2º/3º ano e uma turma do 4º/5º ano. – ‘Turmas Cicladas’ que quer dizer turmas mistas, totalizando 34 alunos.

A E.E. Antônio Loureiro Sobrinho tem os prédios cedidos por tempo indeterminado pela Prefeitura Municipal de João Monlevade. Toda a documentação de servidores e alunos fica guardada na Sede.

A escola sede possui cinco professores regentes, um diretor, um Especialista, um Assistente técnico de Educação Básica (ATB) itinerante, uma professora eventual (turno matutino), um PUB (Professor para Uso de Biblioteca), dois auxiliares de educação básica (ASB), um em cada turno, os quais cuidam cada um em seu turno, tanto da limpeza do prédio como da confecção da merenda dos alunos.

Manter a escola bem equipada e organizada não é o suficiente para promover uma educação de qualidade, é necessário que ela elabore um documento que mostre a escola, "o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa. O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações" (OLIVEIRA, 2005). Por isso é importante que este documento seja feito com a participação da comunidade escolar e atualizado. Por isso, a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho teve a participação de todos os funcionários, pais e alunos da comunidade escolar. Foram realizados vários encontros para analisar, discutir e propor ações com objetivo claro que é melhorar a qualidade da educação na escola. A Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Nova Era deu suporte e acompanhou a elaboração do projeto.

1 - FINALIDADE DA ESCOLA

A finalidade da educação é representada por vários documentos como Constituição Federal (CF), LDB, Plano Nacional da Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais. A Resolução nº7, de 14 de dezembro de 2010 fixa as diretrizes para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e afirma no Artigo 5º:

O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

Atendendo aos fins da Educação Nacional, aos objetivos gerais do Ensino e os objetivos da Secretaria Estadual da Educação (SEE/MG), esta escola propõe os princípios básicos da educação de acordo com a organização da Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais que estabelece:

A Educação Básica tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, sendo ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. direito ao acesso e à permanência do educando na escola;
- II. liberdade de aprendizagem do aluno;
- III. pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- IV. valorização do profissional da educação;
- V. gestão democrática do ensino público;
- VI. garantia do padrão de qualidade;
- VII. valorização da experiência extra-escolar
- VIII. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (MINAS GERAIS. PROGESTÃO, 2013)

Esta instituição expressa seus anseios em desenvolver suas ações que contemplem a vivência do aluno, favorecendo a reconstrução do conhecimento de forma contextualizada, tornando, alunos e professores, pesquisadores de informações e dados, que lhes permitirão a compreensão para se construir um mundo melhor e será sustentada pelos quatro pilares da Educação, elaborados pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, a saber: Aprender a Conhecer, Aprender a fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser, de acordo com Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors:

Aprender a conhecer enfatiza a importância do domínio dos próprios instrumentos de conhecimento para compreender o mundo. [...] Fundamenta-se no prazer de compreender, de conhecer e de descobrir.

Aprender a fazer [...] enfatiza-se a mobilização e desenvolvimento de capacidades como a de adaptar-se a um novo contexto de trabalho mais participativo, de natureza mais intelectual e que exige uma sólida base tecnológica.

Aprender a conviver é considerado um dos maiores desafios dos educadores. [...] Recomenda-se uma educação mais aberta ao diálogo e ao desenvolvimento do espírito crítico, ao processo de formação de um homem disposto a viver e trabalhar numa sociedade solidária.

Aprender a Ser recomenda que a educação deva contribuir para o desenvolvimento total da pessoa-corporeidade, inteligência, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade, no sentido de que o aluno construa pensamentos autônomos e críticos. (SME DE PATO DE MINAS, 2005-2008, p.10-11)

A equipe desta instituição tem como missão desenvolver uma Educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades e habilidades que permitam intervir na realidade para transformá-la, tendo como filosofia a formação de um cidadão participativo, solidário, com princípios éticos, sociais e culturais.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de uma escola se identifica com dois tipos de estruturas: administrativas e pedagógicas.

Em seu texto, Oliveira, Morais e Dourado (2014) debatem os diversos conceitos de administração começando pelo dicionário Aurélio administração “é um conjunto de princípios, normas e funções que tem por fim ordenar os fatores de produção e controlar a sua produtividade e eficiência, para se obter determinado resultado”. Já CHIAVENATO (2000, p.6) define que a “administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos”.

E o pedagógico acontece “nos diversos momentos da prática pedagógica, ou seja, no ato de ensinar, nas lutas políticas, no planejamento, na organização pedagógica da escola, na gestão, na relação com a comunidade” (DOURADO, 1998, p. 90).

2.1- Estrutura Organizacional Administrativa

A direção da escola foi eleita através de uma eleição, com aprovação dos profissionais da escola e comunidade, para um mandato de três anos. A escola não possui um vice diretor devido ao número de turmas, pois de acordo com as normas da Resolução SEE nº2442, de 7 de novembro de 2013 é necessário ter no mínimo 10 turmas.

A escola possui um ATB financeiro itinerante, que trabalha dois dias da semana numa escola e três dias na outra. Atualmente a Resolução não autoriza a designação de um Auxiliar de Secretaria (ATB) para as escolas com número de alunos inferior a 200. A secretária exerce um cargo de comissão, é responsável por desenvolver todo o serviço da secretaria, ou seja, é responsável pelo registro dos documentos referentes à vida escolar dos alunos e dos professores.

Na cantina trabalham duas auxiliares de cozinha que preparam a merenda dos alunos (lanches e almoço) e mantém a limpeza da escola. Elas recebem orientações pela direção da equipe através de leitura sobre higiene

peçoal, do local de trabalho e também sobre a manipulação de alimentos. O serviço é feito com capricho e zelo, além disso, elas ajudam no recreio, orientam os alunos a merendarem adequadamente, a levarem o vasilhame para a cozinha e colocá-los separadamente.

O cardápio escolar é elaborado a partir de 70 sugestões de cardápios enviados pela Secretaria Estadual de Educação, a partir destas sugestões é elaborado o cardápio da escola e encaminhado à Secretaria Regional de Nova Era para ser aprovado.

O Colegiado Escolar é composto pelos segmentos de pais, professores, alunos e outros profissionais, eleitos pelos seus pares. As reuniões realizadas têm a participação dos membros do Colegiado, Conselho Fiscal e Comissão de licitação para que mais pessoas possam se inteirar dos recursos recebidos. Aprovam projetos ou ações pedagógicas que exijam a presença dos membros do Colegiado as vezes em reunião de Módulo II.

A Resolução N.º 1812 da SEE, de 22 de março de 2011 estabelece critérios e condições para a indicação de candidatos ao cargo de Diretor. O cargo em comissão de Diretor de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, é exercido em regime de dedicação exclusiva por servidor ocupante de cargo efetivo.

O Diretor escolar ao assumir a sua função de Diretor assina um termo de compromisso disposto no artigo 28 do Decreto n.º 44559, de 29/06/2007 que deverá:

- I - representar oficialmente a escola, tornando-a aberta aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos alunos, pais, professores e demais membros da equipe escolar;
- II – zelar, por meio das ações abaixo detalhadas, para que a escola estadual sob minha responsabilidade ofereça serviços educacionais de qualidade, conforme plano de metas a ser pactuado no prazo de dois meses com a Secretaria de Estado de Educação-SEE/MG: coordenar o Projeto Pedagógico, apoiar o desenvolvimento e divulgar a avaliação pedagógica, adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos alunos nas avaliações externas, sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas, estimular o desenvolvimento profissional dos professores e demais servidores em sua formação e qualificação, organizar o quadro de pessoal, acompanhar a frequência dos servidores e conduzir a avaliação de desempenho da equipe da escola, garantir a legalidade e regularidade da escola e a autenticidade da vida escolar dos alunos;
- III - zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar;
- IV - indicar necessidades de reforma e ampliação do prédio e do acervo patrimonial;

- V - prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção da escola e a presidência do Colegiado Escolar;
- VI - assegurar a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar;
- VII – fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela SEE/MG, observando os prazos estabelecidos;
- VIII - observar e cumprir a legislação vigente. (MINAS GERAIS, 2007)

O Especialista em Educação Básica (Supervisor Pedagógico) cumpre uma jornada semanal de 24 (vinte quatro) horas e é responsável juntamente com a direção da escola de "ser o eixo a nortear o planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais." (MINAS GERAIS, 2010, p.13)

O prédio da escola precisa de melhorias para atender melhor os alunos, os professores e a comunidade local. A escola é toda murada, possui 02 salas de aula, 01 sala para laboratório de informática e 01 sala de recursos – 2º piso.

O engenheiro da Secretaria Estadual da Educação (SEE) fez a avaliação da necessidade de reforma do prédio escolar em julho de 2013 e priorizou os espaços: laboratório de informática e biblioteca, que serão realocados para o piso térreo, e será construída outra cozinha de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com banheiro para ASB, depósito para armazenamento dos produtos de limpeza, alimentação, adequação para os eletrodomésticos – freezer, geladeira, fogão e forno e um banheiro para atender a acessibilidade. Para este projeto o recurso ainda não foi liberado, alegaram que estão atendendo aos mais emergenciais.

No prédio do 2º endereço, o anexo, existem 02 salas de aula, sendo utilizado o espaço que era da biblioteca como sala de aula (funciona apenas no turno matutino com 01 Auxiliar de Serviço para fazer a limpeza e merenda).

O espaço físico da escola Sede é amplo, as três salas de aulas são padronizadas com 49m²; uma sala para a biblioteca com bom espaço para 03 conjuntos de mesas, com quatro cadeiras e cadeiras de polietileno para assistir filmes, tem um computador, uma televisão de 42", um aparelho de DVD, um projetor de imagem. A biblioteca é registrada, com um considerável acervo de livros literários infantis para alunos do 1º ao 5º ano.

A cozinha é ampla e equipada com: liquidificador e espremedor de laranja industrial; fogão quatro bocas industrial, forno elétrico, dois freezers, duas geladeiras e tem um balcão para servir a merenda, pia com bancada para armazenar vasilhames, com depósito amplo e armário embutido; a sala para os

professores tem um sanitário, um bebedouro, com arquivos e armários para guardar materiais de uso coletivo (livros, jogos, brinquedos), computador; a sala para o especialista tem arquivo, uma mesa e cadeira, 04 conjuntos de carteiras para atividades com alunos; a secretaria tem o espaço dividido com a direção e tem 49m², 05 mesas de secretarias, um armário, um arquivo, um armário de aço, dois computadores e uma impressora multifuncional; o pátio é coberto (telhado) e com palco para apresentações de alunos, o qual se expande até o refeitório (1º piso) com 03 mesas de ardósia e 02 bancos que são utilizados no recreio para alimentação e também realização de oficinas de pinturas, confecção de cartazes, dentre outras atividades realizadas com os alunos; a quadra é pequena e não é coberta, e há um amplo espaço que antecede o prédio.

O prédio anexo, o qual é chamado de 2º Endereço (nas documentações escolares e sistema SEE), é murado; com exceção das 02 salas de aula que têm 42m², todo espaço é restrito. A cozinha é bem pequena, cabe apenas o fogão, a pia com bancada (embaixo) para armazenar material de limpeza; no depósito da cozinha que também é utilizado para o lanche dos professores, há um freezer, uma geladeira e duas prateleiras cimentadas para armazenar os gêneros alimentícios; o refeitório é coberto e tem uma mesa cimentada com 02 bancos que não comporta todos os alunos, mas o recreio é organizado para que todos possam realizar as refeições de forma adequada.

O espaço para a recreação é em torno da escola com aproximadamente 3m de largura. Os sanitários são bons e de uso coletivo.

Os alunos, comunidade e funcionários da escola no 2º endereço, sempre que há eventos, reuniões para reestruturação do PPP, vão para a escola Sede.

A Secretaria Estadual de Educação recebe recurso financeiro através do Governo Federal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e repassa para a conta da Caixa Escolar, onde o diretor assina um Termo de Compromisso para administração do recurso. Outro recurso é Manutenção e Custeio, recurso do governo estadual para aquisição de material de consumo e/ou pagamento de serviços com o qual adquire-se: materiais de higiene/limpeza, gás de cozinha e manutenção de equipamentos de informática e estrutura física, pequenos reparos, normalmente depositado em 3 parcelas; e

o Programa de Dinheiro Direto da Escola (PDDE) Capital/Custeio é recurso financeiro recebido uma vez no ano, em uma única parcela, através do Governo Federal.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho funciona em dois turnos, matutino e vespertino, atendendo a 137 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano - do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar)

A equipe da instituição se organiza e planeja todas as ações pautadas no Projeto Político Pedagógico da escola, inovando e buscando novas maneiras de ensinar para garantir qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

É um grande desafio porque existem turmas multiseriadas, o acompanhamento é feito a partir de diagnósticos e as atividades são contextualizadas.

A capacitação de todos os profissionais é oferecida pela própria Escola, durante o módulo coletivo, com estudo das matrizes curriculares para elaboração das atividades e adequação dos projetos desenvolvidos durante o ano escolar, pela SRE e SEE e em participação em congressos e palestras.

As orientações pedagógicas tem como suporte o Currículo Básico Comum, documento oficial do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria Estadual de Educação/SEE, determina as metas estabelecidas para a escola.

3. CURRÍCULO

Para Silva (1996, p. 23) currículo é

[...] um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais.

E para Sacristán (1999, p. 61) o currículo é a

[...] ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

O currículo não pode estar desvinculado da realidade local e cultural. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), destaca em seu artigo 26º:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos;

§ 1º. Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º. O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: [...]

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º. Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (BRASIL, 1996)

Pacheco (1996) afirma: que "currículo é a construção permanente de práticas, com um significado marcadamente cultural e social, e um instrumento obrigatório para análise e melhoria das decisões educativas".

Os quadros curriculares são organizados com os conteúdos, composição, estrutura, dosagem, sequência e duração de pelo menos 800(oitocentas) horas anuais (anos iniciais) de atividades assim distribuídas:

I-Base Nacional Comum

II- Parte diversificada

O quadro Curricular da E.E. Antônio Loureiro Sobrinho é aprovado pelo Colegiado escolares pelo inspetor da SRE de Nova Era/MG.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CICLO DA ALFABETIZAÇÃO						CICLO COMPLEMENTAR				
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens	Língua Portuguesa	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20
		Arte	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
		Educação Física	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Matemática	Matemática	06	200:00	06	200:00	06	200:00	06	200:00	06	200:00
	Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Ciências Humanas	Geografia	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
		História	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	
DIVERSIFICADA	Linguagens	Literatura Infantil	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
TOTAL			24	800:00	24	800:00	24	800:00	24	800:00	24	800:00

Legenda:AS: Aula Semanal

MA: Módulo Anual

CHA: Carga

Horária Anual

DEMONSTRATIVO DE CARGA HORÁRIA

Indicadores Fixos	Ciclo da Alfabetização/Ciclo Complementar
Nº de dias letivos anuais	200
Nº de semanas letivas anuais	40 semanas
Carga Horária anual	800 horas
Duração do módulo/aula	0:50
Carga horária diária	4 horas (excluído o recreio)
Carga Horária Semanal	20 horas
Nº de módulos/aulas semanais	24 módulos
Duração do Recreio	0:15

A Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais definiu um Currículo Básico de Ensino para todo o Estado em todas as disciplinas e estabeleceu as capacidades para cada ano de escolaridade de acordo com

Resolução Nº 2.197 da SEE, de 26 de outubro de 2012 que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica.

No Art. 28 estabelece a duração do Ensino Fundamental em nove anos, e estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade. A escola Antônio Loureiro oferece o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, considerando:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

Art. 29. Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos. (MINAS GERAIS, 2012)

A ordenação do currículo do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar é organizada em eixos de trabalhos orientados para a construção de diferentes linguagens e para as relações que ela estabelece com os objetos de conhecimento.

E as capacidades que deverão ser consolidadas, ao final de cada ano, estão definidas no

Art. 61 O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 1º ano:

- a) Desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) Conhecer os usos sociais da escrita;
- c) Compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) Fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

II- 2º ano

- a) Ler e compreender pequenos textos;
- b) Produzir pequenos textos escritos;
- c) Fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III- 3º ano

- a) Ler e compreender textos mais extensos;
- b) Localizar informações do texto;
- c) Ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) Produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

§ 1º Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

§ 2º Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos

relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Art. 62 O Ciclo Complementar, com o objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II - 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

§ 1º Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

§ 2º Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas. (MINAS GERAIS, 2012)

No art. 60 da Resolução Nº 2.197 da SEE, de 26 de outubro de 2012, são ressaltados o processo de alfabetização e o zelo com o letramento que

[...] são a base de sustentação para o prosseguimento de estudos, com sucesso, as Escolas devem organizar suas atividades de modo a assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens e a articulação do Ciclo da Alfabetização com o Ciclo Complementar.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas comuns do ensino regular, garantindo o processo de inclusão. Desde o ano de 2012 a escola conta com 01 professor de Apoio para acompanhamento de uma aluna matriculada no 5º ano/ Escola 2º Endereço.

O Professor Regente de Turma e o Professor de apoio deverão reformular o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) do aluno, a cada ano, pois este aluno precisa de um tempo maior no Ensino Fundamental com flexibilização de 30% até 50% ao ser avaliado quantitativo.

Os professores do Ciclo da Alfabetização participam de uma capacitação do Governo Federal, Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade

Certa (PNAIC) - tendo como principal objetivo alfabetizar 100% dos alunos até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Assim, a escola precisa buscar estratégias para garantir que cada criança de acordo com o ano de escolaridade alcance resultado satisfatório dentro das capacidades estabelecidas. Para atingir esse objetivo a escola tem trabalhado com os projetos de acordo com os eixos temáticos dos PCNS:

- Nossa Escola Lê (Português e Literatura) - projeto institucional desenvolvido pelas professoras: professora para uso de biblioteca (PUB), pela eventual e pela regente de turma com os alunos, uma vez por semana;
- Gibis – Maurício de Souza (Português e Literatura)
- Aniversário da escola e da cidade em parceria com a Prefeitura Municipal de João Monlevade.
- Festa junina – É um projeto institucional e interdisciplinar com data prevista no calendário escolar. É o evento mais esperado pela comunidade e pelos alunos.
- Prêmio ARCELOR MITTAL de Meio Ambiente: a agricultura familiar. - É um Projeto institucional e da cidade que trabalha com temas transversais. A empresa Arcelor Mittal, capacita um professor e o Especialista da Escola, que ficam responsáveis pelas orientações e distribuições de cartilhas para professores regentes e alunos, que irão realizar as atividades.
- Água – Projeto desenvolvido pelas Professoras Regentes de turmas do 1º ao 5º ano de acordo com o nível de escolaridade dos alunos e em conformidade com as matrizes curriculares de Ciências. Período: maio a junho 2014
- MALA VIAJANTE– Projeto desenvolvido pela Professora Regente do 1º ano Escola Sede: semelhante ao projeto NOSSA ESCOLA LÊ, porém um menino e uma menina levam numa pasta um livro, o qual deverá ser lido pelos pais/responsável legal ou outra pessoa que cuida da criança. Na escola a criança reconta a história ouvida em casa. O livro não é repetido. Período: junho a dezembro de 2014.

- Folclore (Português, Artes, Literatura, História) – projeto institucional de acordo com o nível de escolaridade dos alunos. Período: agosto de 2014.
- Festa da família/consciência negra: projeto institucional desenvolvido pelas Professoras: Professora para Uso de Biblioteca (PUB), Professora Eventual, Professoras Regentes, Auxiliares de Serviços da Educação Básica (ASB) com a participação das comunidades das duas escolas. É o segundo maior evento realizado na escola. Professores e alunos preparam atividades artísticas voltadas para o tema “Consciência Negra”, Período: novembro de 2014;
- Programa de Prevenção Contra as Drogas (PROERD) – projeto desenvolvido pela Polícia Militar de João Monlevade para os alunos do 5º ano;
- Roda de literatura (Português, Artes, Literatura) – projeto em desenvolvimento da Professora Regente do 2º ano Escola Sede. Período: agosto a dezembro de 2014;
- Plano de intervenção Pedagógica (PIP) do Ciclo de Alfabetização para os alunos do 3º ano e do 4º ano, com dificuldade na leitura e escrita. Este acompanhamento é realizado duas vezes por semana pelo professor bibliotecário.

A Resolução SEE-MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, orienta as escolas estaduais a desenvolver de forma interdisciplinar os temas transversais:

- I- Educação para o Consumo (Lei 12.909, de 24.06.98), a orientação sexual (Lei nº12. 49, de 14.04.97),a educação Ambiental (Lei nº15.4441, de 11.01.05) e os aspectos da vida cidadã (saúde,sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente,trabalho,ciência e tecnologia,cultura e linguagens);
- II- o estudo sobre direitos humanos (lei nº12. 767, de 21.01.98) e cidadania (lei nº15.476, de 12.04.05);
- III- os conteúdos referentes à História e cultura Afro-Brasileira (Lei nº 11.645 e 11.03.08);
- IV- estudos sobre o uso de drogas e dependência química (Lei nº13. 411, de 21/12/1999) e higiene bucal (Lei nº13. 802, de 27.12.00);
- V- os direitos das crianças e adolescentes tendo como diretriz a Lei nº8.069, de 13.07.90(Lei 11.525, de 25.09.2007)
- VI-a música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular arte (Lei nº11.769, de 18 de agosto de 2008);
- VII- educação para o trânsito- de acordo com o código de Trânsito brasileiro;

VIII- educação alimentar e nutricional na escola-(Lei Federal nº11.947 de 16.06.2009 e Leis estaduais nº15.072 de 05.04.04 e nº18.372 de 04.09.09);

IX- direito do idoso e Educação Fiscal.(MINAS GERAIS, 2012)

A escola que pretende formar indivíduos para o exercício da cidadania, não pode ignorar a realidade social e deve incorporá-la ao processo educativo. Estes projetos possibilitam trabalhos atualizados a partir de subprojetos, temas ou unidades geradoras, com objetivos de interação, crítica e atuação na realidade promovendo uma integração entre família – escola - comunidade e conhecimento. Assim, como sugerido por Sacristán (1998, citado por Moreira, 2000, p.45)

[...] O conhecimento incide na ação como atributo do sujeito, não como algo que se dê à sua revelia. Daí a importância de se buscar compreender o que se passa em educação a partir da dinâmica das ações dos indivíduos e das ações sociais, a partir dos saberes e dos motivos dos sujeitos envolvidos na prática.

Todas as atividades são discutidas e programadas nos dias do planejamento previsto no calendário escolar ou nos momentos de reunião do módulo II. Além dos projetos Institucionais, várias outras propostas são consideradas relevantes, os projetos didáticos, construídos por professores e alunos conforme necessidade emergente, como o Plano de intervenção Pedagógica.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Lugar é definido por Pinheiro (2001, p. 65) como sinônimo do cotidiano, onde

[...] se expressam não somente as experiências de vida, na perspectiva individual que o termo possa conter, mas contextos de relações distintas que envolvem pessoas, como coletividades e instituições, em espaços e tempos determinados”.

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, oferece o Ensino Fundamental, com a estrutura em ciclos: Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar em Regime de Progressão Continuada, conforme legislação vigente.

Para Santos e Peluso (2006, p.50), “os lugares, com suas diferentes velocidades, advindas de sua história, imprimem as especificidades que somente podem ser apreendidas em sua totalidade”.

O calendário escolar é elaborado anualmente para o Ensino Fundamental prevendo o Ano Letivo de acordo com o Art.24 da Lei 9394/96 e com as orientações através da Resolução da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais que estipula o mínimo de carga horária anual de 800 (oitocentas) horas distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, excluindo o período destinado à recuperação, com uma jornada de trabalho de 4 h e 15 minutos diárias, sendo 15 minutos para o recreio.

Para Santos (1986, p. 211), a importância do lugar é ressaltada

[...] como porção do espaço que assegura a unidade do contínuo e do descontínuo, possibilitando sua evolução e assegurando uma estrutura concreta inconfundível, e sua configuração como resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais nos diversos pontos da superfície terrestre.

O ano letivo é dividido em 04 bimestres para efeito das avaliações disciplinares. Os alunos são avaliados através de conceitos A (alcançou as capacidades), B (alcançou parcialmente as capacidades) e C (ainda não alcançou as capacidades propostas). Os aspectos cognitivos, comportamentais e sociais são avaliados e registrados no diário de classe, na secretaria da escola as taletas são destacadas do diário do professor e lançados no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE).

A escola funciona em dois endereços, atendendo comunidade diferente. Na escola sede no ano de 2013 foi ofertado o projeto escola de tempo integral,

mas devido à falta de recursos humanos o projeto precisou ser interrompido no ano seguinte.

O professor regente dos anos iniciais da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais possui um cargo com a jornada de trabalho de 30 horas semanais, sendo 10 horas destinadas aos estudos e planejamento (coordenação). Sendo 5 horas locais definidas pela direção da escola, que são dispendidas na escola Sede da seguinte forma: todas as quartas-feiras, Módulo II com 2h de duração, nas quintas-feiras atividade extraclasse com 3h de duração e 05h em local definido pelo professor.

No início de cada ano os professores se reúnem e elaboram um planejamento anual de acordo as matrizes curriculares e com as orientações da Secretaria Estadual de Educação, em consonância com a proposta Pedagógica. O planejamento é dividido por bimestres, deste são definidos os eixos e capacidades para trabalhar semanalmente, tendo acompanhamento da supervisora pedagógica, pela diretora e analista da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Nova Era, esta uma vez por mês.

O planejamento é analisado, revisto, adequando à realidade e necessidades diagnosticadas pelo professor e pela supervisora pedagógica em relação aos alunos e à turma, alternando as estratégias e metodologias para garantir equidade na aprendizagem.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A direção da escola não decide nada sozinha, mas sim apoiada na decisão do Colegiado Escolar. E através deste planejamento participativo com o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, a equipe gestora se sente fortalecida para juntos decidirem sobre as ações em caráter deliberativo e consultivo referentes à escola.

A escola tem um Colegiado Escolar que é formado por representantes da comunidade escolar (professores, demais funcionários, representantes de pais, responsáveis por alunos menores de 14 anos e representantes dos alunos) conforme o Art. 2º Resolução SEE nº 2.554, de 26 de fevereiro de 2014. São eleitos de dois em dois anos através de Resolução da Secretaria Estadual da Educação de MG e são indicados através do voto por seus pares. Todas as ações da escola são consultivas e deliberativas pelo Colegiado Escolar.

A Resolução da SEE - MG nº 2.554, de 26 de fevereiro de 2014, "dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Colegiado Escolar na estadual de ensino de Minas Gerais", a qual reconhece "a importância do Colegiado para o fortalecimento da gestão da escola".

Em seu no art 9º determina que

As reuniões do colegiado escolar ocorrem por convocação de seu presidente ou por, no mínimo, dois terços de seus membros titulares ou pelo diretor da Superintendência Regional de Ensino à qual a escola pertence:

I - ordinariamente, uma vez por mês;

II - extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 10 - As reuniões do Colegiado Escolar devem contar com a presença de mais de 50% dos membros titulares.

§ 1º Na hipótese de afastamento do titular, o suplente que o substituir constará do percentual previsto no artigo.

§ 2º O membro titular que faltar a três reuniões consecutivas ou alternadas, sem justificativa formal, é automaticamente desligado e substituído pelo suplente. (MINAS GERAIS, 2013)

As contribuições que o Colegiado Escolar proporciona à gestão escolar são significativas, pois são muitas as suas competências, as quais estão expressas no Art. 8º:

I - elaborar e divulgar o cronograma das reuniões ordinárias;

II - aprovar e acompanhar a execução do Projeto Pedagógico da Escola, do Plano de Ação e do Regimento Escolar;

III - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliações externa e interna, matrícula e evasão escolar) e propor, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e medidas educativas, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem;

IV - indicar, nos termos da legislação vigente, servidor para o provimento do cargo de diretor e para o exercício da função de vice-diretor, nos casos de vacância e de afastamentos temporários;

V - propor parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais (ONG);

VI – propor e acompanhar a adoção de medidas que visem à promoção de uma cultura de paz no ambiente da escola;

VII - propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar, observadas as normas vigentes, e acompanhar sua execução;

VIII - referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal;

IX - opinar sobre a adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e alunos, no âmbito da escola. (MINAS GERAIS, 2013)

Nesta escola há grande rotatividade no quadro de dirigentes devido à falta de interesse no cargo comissionado. As equipes diretivas são eleitas para um mandato de três anos podendo se reeleger e chegar a no máximo dois mandatos, através de certificação, e eleição direta pela comunidade escolar: professores, demais funcionários da escola e pais.

Compõe a equipe diretiva da Escola apenas o Diretor devido ao número de turmas inferior a 15 turmas na escola que não comporta um vice-diretor. A atual diretora foi designada, com aprovação do Colegiado Escolar e SRE/SEE no ano de 2013 para o cargo, devido vacância do cargo/desistência da candidata eleita.

É afirmado por Kazmier L. J. (1975) que:

a habilidade em tomar decisões é a chave para o planejamento bem sucedido em todos os níveis da gestão. Isto envolve mais que uma simples seleção de planos de ação que assume pelo menos três fases: diagnóstico; descobertas de alternativas e análises.

A diretora, juntamente com a Comunidade Escolar, tem buscado democraticamente, criar estratégias para melhorara qualidade de ensino, através do diálogo e da participação responsável de todos num clima de equipe, acreditando num caminho necessário para a formulação de um novo

Projeto	Político	Pedagógico.
---------	----------	-------------

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

Em seu texto Japecanga (2000, p.41) destaca que

“A democratização das relações de trabalho na escola pública básica, ressalta uma realidade bastante difícil, em vários sentidos como professores mal formados, jornada de trabalho excessiva e políticas públicas antidemocráticas. As relações de trabalho na escola pública se constituem em relação de poder. Para Weber (1979,p.43)“poder” significa “a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade”.

Para Lucchesi (citado por Japecanga, 2000, p.45), "o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador". Nesta proposta construída pela coletividade, cabe, portanto ao gestor, "promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena dos profissionais, alunos e pais, num processo" de socialização. (DORSA,2014)

Sendo a escola um ambiente de interação, os espaços são flexíveis, estabelece momentos de reflexão-ação-avaliação da realidade escolar.

A escola entende a disciplina como forma de organização escolar, não como meio de controle de comportamento. No âmbito da sala de aula, educadores e alunos deverão estabelecer os princípios, as normas, os contratos de convivência, estendendo-os aos pais, dentro do processo pedagógico e regimental.

A escola e a família devem estabelecer uma relação de parceria, respeitando os papéis que competem a cada uma, buscando uma participando comprometida por todos.

Todo princípio deverá considerar a legislação vigente em estatuto próprio do Conselho de Classe, Regimentos Escolares, Colegiado e Caixa Escolar.

Os conflitos que ocorrem em sala de aula são resolvidos pelos professores, os casos mais graves encaminhados à direção, a família é convocada para comparecer à escola. Em caso extremo solicita-se a presença dos pais, o Colegiado Escolar, Conselho Tutelar e a Patrulha Escolar.

Há um bom relacionamento entre a equipe diretiva, professores, alunos, família e demais funcionários. A equipe diretiva está à frente do trabalho, mas

todas as decisões pedagógicas, financeiras e administrativas são pautadas no Colegiado Escolar.

A escola promove atividades com objetivo de motivar os pais a participarem da vida escolar de seus filhos através de reuniões, palestras, valorizando as famílias que participam dos trabalhos promovidos pela escola.

Todo final de etapa letiva são realizadas as reuniões de pais, para que os mesmos tomem conhecimento da vida escolar de seu filho, e caso haja necessidade a escola convocará a presença do responsável, no dia a dia para esclarecimentos factuais, via circular, boletins individuais, com registros no caderno de ocorrências e autoavaliação. Estas reuniões são realizadas à noite no horário de 18 h às 20h, previamente estabelecido no calendário escolar.

Esta interação aluno, pais e escola possibilita superar dificuldades no processo de ensino aprendizagem e na educação dos cidadãos que é compromisso de todos os envolvidos.

7. AVALIAÇÃO

Após a promulgação da LDB 9394/96, a avaliação escolar passou a ter um caráter mais processual, íntegro e humano, em destaque na alínea a, do art. 24º- "a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais".

Segundo Libâneo (1994, p.195),

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

Para Santana (1995, p.7) a "avaliação é a alma do processo educacional porque é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto".

A Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais tem um sistema de avaliação, o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação) que

[...] é um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Seu foco é o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho. (CAED/UFJF, 2014)

A escola estadual Antônio Loureiro participa das avaliações sistêmicas:

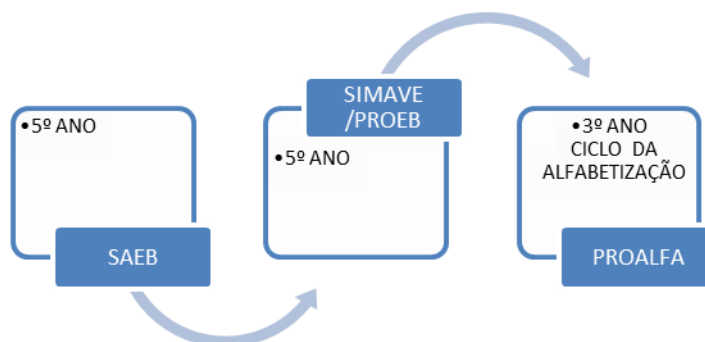


Figura 1 - Avaliações Sistêmicas (elaborado por Neuza Duarte)

O SAEB⁴ (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) é composto por três avaliações externas em larga escala.(INEP,2014) A

⁴Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb:

Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais criou o SIMAVE⁵ (Sistema Mineiro de Avaliação) que engloba o PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização), o PROEB (Programa de Avaliação da Educação Básica) e o PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar), cujo objetivo é entender as muitas dimensões da educação pública, buscando aprimoramentos.

Para esta escola em estudo, as metas de proficiência também foram estabelecidas pelo IDEB⁶ – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB tem contribuído para que o país se auto-avalie no tocante à educação, na escola são realizadas as provas do Sistema Mineiro de Avaliação - SIMAVE e a PROVA BRASIL. Os resultados dessas avaliações trazem um momento de reflexão para a escola, pelo qual os educadores comparam o desempenho dos alunos com eles mesmos e com as demais escolas do município e do estado. Sabe-se que este não é o único instrumento que se deve considerar ao analisar o sucesso ou fracasso da escola, mas a importância desse parâmetro nacional é primordial para a escola realizar uma autoavaliação e redimensionar ou aprimorar a sua prática educativa.

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc (também denominada "Prova Brasil")
Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA :foi incorporada ao Saeb pela [Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013](#)

²A Secretaria de Estado da Educação criou o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), em janeiro de 2000. Em 2006, o SIMAVE foi aperfeiçoado e ampliado. As avaliações, promovidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e realizadas por instituições externas vinculadas a universidades federais sediadas em Minas Gerais, passaram a ser anuais.

⁶Índice de Desenvolvimento da Educação Básica .Foi criado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).



Figura 2 - elaborado por Neuza Duarte

Diante dos resultados das avaliações externas a equipe tem refletido sobre o fazer pedagógico, as ações cotidianas na escola, as práticas em sala de aula e o relacionamento mútuo.

Faz parte também do PPP o PIP⁷ onde são feitas intervenções pedagógicas com foco nas habilidades que não foram consolidadas. As ações vão desde o reagrupamento dos alunos, realização de oficinas de leitura e escrita, projetos interdisciplinares envolvendo as famílias, orientações aos alunos, pais e até a visita domiciliar.

Percebe-se o envolvimento e o comprometimento da equipe escolar em construir uma escola de melhor qualidade, mas ainda há um questionamento: quais são os diferenciais para uma instituição de ensino garantir um ensino de qualidade?

No caminho para uma resposta, Luck (2006, p.48) argumenta que "A qualidade do ensino depende de que as pessoas afetadas por decisões institucionais exerçam o direito de participar desse processo de decisões, assim como tenham o dever de agir para implementá-las".

A política educacional mineira tem buscado elevar a qualidade do ensino e envolver a família na escola. Já é determinado pela SEE - Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, no Calendário Escolar o DIA "D"⁸. O

⁷ PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA. É um programa desenvolvido em todas as escolas estaduais de Minas Gerais, com objetivo de oferecer apoio à equipe escolar e garantir a aprendizagem do aluno.

⁸O dia D é uma ação pedagógica que envolve educadores e comunidade, realizada por meio de uma parceria entre o Governo de Minas e os municípios do Estado. Neste momento as escolas fazem uma discussão para repensar as estratégias de ensino e adequar o plano de intervenção pedagógica, apresentando-o à comunidade escolar para que ela também possa apresentar suas sugestões. Este dia é denominado de 'Toda a comunidade participando'.

primeiro é realizado com todos os funcionários da escola "Toda escola deve fazer a diferença", onde se espera que seja discutido "os resultados das avaliações internas e externas [...], as metas acordadas, e que possa também reavaliar as ações e refletir sobre a realidade da aprendizagem dos alunos e planejar as ações de intervenção pedagógica" para os alunos de baixo desempenho, de acordo com o Guia de Revisão e Reorganização do Plano de Intervenção Pedagógico. (MINAS GERAIS, 2013, p.5)

O segundo momento é realizado com a participação dos pais, alunos, professores, equipe pedagógica e diretiva, "Toda a Comunidade Participando". É realizado num sábado, mais um momento importante de refletir, de ouvir, de conhecer os resultados das avaliações externas, ressaltar a importância e o dever da família em acompanhar a vida escolar do filho, em sugerir ações para ajudara melhorar a educação na escola.

Segundo Perrenoud (1999), "competência é a capacidade de agir com eficácia em um determinado tipo de situação prática da vida cotidiana. Para isso, é preciso lançar mão de conhecimentos e colocar em ação vários outros recursos cognitivos."

A avaliação da aprendizagem é realizada de forma contínua e processual, dinâmica e participativa, e diagnóstica e investigativa. Sendo assim, a escola utiliza vários instrumentos para se avaliar e acompanhar os trabalhos didáticos e o processo de ensino-aprendizagem.

Utiliza-se nesse processo, a auto-avaliação, avaliação escrita, participação do aluno, seminários e projetos interdisciplinares. A avaliação escrita divide-se em avaliações mensais e bimestrais, nas quais é atribuído conceito.

Em reuniões são avaliadas as ações que foram implementadas, as que estão sendo realizadas e as que não foram possíveis para que se possa replanejar.

De acordo com o decreto n º2.251/2006 da SME : "A escola deve organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo-as no decorrer do ano letivo e após o mesmo estudo de recuperação" (SME de Montes Claros, 2006, art. 8º). E, "para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária anual e um mínimo de aproveitamento em

relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível em que se encontra". (MINAS GERAIS, 2004, art. 36)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), no art.24 inciso I, a classificação do aluno pode ser feita em qualquer série ou etapa, exceto a 1ª do Ensino Fundamental.

A Classificação significa "posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, Ciclos ou outras formas de organização, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento". (MINAS GERAIS. Progestão, 2013, p.20)

A Reclassificação, procedimento de caráter excepcional, implica em

[...] reposicionar o aluno em série, período, ciclo, fase ou etapa diferente daquela indicada em seu histórico escolar.

É recomendável que a decisão de reclassificação seja decorrente de manifestação de uma comissão, presidida pela Direção da Escola, e que tenha representantes docentes do curso no qual o aluno deverá ser classificado, bem como dos profissionais responsáveis pela Coordenação/Supervisão das atividades pedagógicas.

A descrição do processo de reclassificação fará parte do Regimento Escolar que deverá estar em vigor no início do período letivo.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno serão arquivados na escola. (MINAS GERAIS. Progestão, 2013, p.20).

A avaliação de desempenho dos profissionais tem o objetivo de acompanhar durante o ano letivo e avaliar o desempenho do servidor público, para conferir-lhe estabilidade, com base na aptidão e capacitação demonstrada para realizar seu trabalho durante o período de estágio probatório e também para o seu quadro efetivo, todo procedimento é orientado pela Resolução 5645/04 e 5690/04. Este acompanhamento também é realizado com o servidor designado também, mas não é lançado no sistema de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a Escola é uma Instituição social, voltada para ofertar uma educação de qualidade às nossas crianças, para tanto, é necessário que os objetivos de toda comunidade escolar estejam integrados, bem como todo corpo docente e administrativo, pautados nos princípios legais, regidos por Resoluções e Leis vigentes.

O Projeto Político Pedagógico é o retrato da Instituição. Nele estão contidas as metas, os objetivos, suas estratégias, suas atividades pedagógicas e administrativas. Ele é também parte integrante do Regimento Escolar e do planejamento.

O gestor escolar deve ser o principal articulador não deve colocá-lo como um documento intocável e de gaveta, precisa ser amplamente divulgado. É urgente e necessário efetivar esta ação.

Devemos ter consciência de que esse trabalho é voltado para uma reflexão maior, para direcionar nossas ações. O Projeto Político pedagógico nunca está pronto e acabado, ele nos dá abertura para que possamos realizar mudanças que assegurarão aos educandos uma melhoria na qualidade do ensino.

Ainda temos muito que caminhar, pois nossa escola enfrenta grandes desafios, mas, o primeiro passo foi dado, ao construirmos este projeto e contamos com o apoio da equipe escolar, pois todos estão envolvidos, buscando melhorias para a escola.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Verônica. **Administração ou gestão escolar: concepções e escolas teóricas**. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1c8gG9ZupefjOLjIwMYPvai2avAg6-SLEG2iywE-nFEE/edit>> . Acesso em 26 out 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Emendas Constitucionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Brasília, 2006. Acesso em 15 Ago 2014.
- _____. **Lei nº9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Congresso Nacional. Diário Oficial de 20 de dezembro de 1996.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 de jul de 2014.
- _____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em 26 out 2014.
- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAED/UFJF). Portal da Avaliação - CAED/UFJF. **Avaliação Externa**. Disponível em <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/tipos-de-avaliacao/avaliacao-externa/>>. Acesso em: 25 out 2014.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol 28, nº 100 – Especial p. 1015- 1035, out. 2007. Disponível em [HTTP://WWW.scielo.br/pdf/ES/v28n100/ a 1828100. pdf](http://WWW.scielo.br/pdf/ES/v28n100/a1828100.pdf). Acesso em 01/08/2014.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação**. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortezo. p. 89-102. Disponível em:<http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0056>. Acesso em 26 out 2104.
- DICIONÁRIO AURÉLIO. **Administração**. Disponível em <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em 26 out 2010.
- DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf>. Acesso em: 29 jun 2014.

DORSA, Karina. **Professores competentes**. Disponível em <http://gestaoescolar2010.blogspot.com.br/2009_06_01_archive.html>. Acesso em 26 out de 2104.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em <[HTTP://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357)>Acesso em 19 ago 2014.

KAZMIER, Leonard. J. **Princípios de Gerência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 2ª edição

LUCK, Heloísa. et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005

MINAS GERAIS. **Guia do Especialista em Educação Básica – SEE/MG**. 2010, p.13. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B9C964833-3314-4CEE-BEE1-33B32E0AC451%7D_Guia%20Especialista%20VF.indd.pdf>. Acesso em 26 Out 2014.

_____. **Secretaria de Estado de Educação. SIMAVE**. Disponível em <<http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultadosescala/>>. Acesso em 20 Jun. 2014.

_____. **Termo de compromisso**. (artigo 28 do Decreto n.º 44559, de 29/06/2007). Disponível em <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/documentos/certificacao-ocupacional/02_termo-de-compromisso-diretor-e-vice.pdf>. Acesso em 26 Out 2014.

_____. **Resolução SEE nº 1812, de 22 de março de 2011**. Disponível em: <<http://www.indicacaodiretor.mg.gov.br/documento/019.pdf>>. Acesso em 26 Out. 2014.

_____. **Resolução SEE nº 2197, de 26 de outubro de 2012**. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2197-12-r.pdf>>. Acesso em: 26 out 2014.

_____. **Resolução SEE nº 2442, de 07 de novembro de 2013**. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2442-13-r.pdf>>. Acesso em: 26 out 2014.

_____. **Resolução SEE nº 25554, de 07 de novembro de 2013**. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2442-13-r.pdf>>. Acesso em: 26 out 2014.

_____. **Resolução SEE nº 521, de 02 de fevereiro de 2004.** Disponível em: <<http://sreuberlandia.educacao.mg.gov.br/images/stories/docs/direa/legislacao/resolucao-521-de-2004.pdf>>. Acesso em 26 out 2014.

_____. Secretaria Municipal de Pato de Minas. **PROPOSTA CURRICULAR Volume 1 – Pressupostos Teóricos 2005/** Disponível em: <www.patosdeminas.mg.gov.br/.../PROPOSTA%20CURRICULAR%20vol...> Acesso em 26 out 2014.

_____. Secretaria Municipal de Montes Claros. **Decreto nº2.251/2006.** Disponível em <http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/decretos/decret_2006/jul-06/decreto-2251-06.pdf>. Acesso em 26 out 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Projeto de capacitação a distância para gestores escolares (Progestão) 2013.** Disponível em <progestao.educacao.mg.gov.br>. Acesso em 26 out 2010.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Projeto de capacitação a distância para gestores escolares (Progestão) 9ª edição.** Caderno de Intermódulo III. Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? 2013. Disponível em <crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/Progestao/interModuloIII.doc>. Acesso em 26 out 2010.

_____. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. **Guia de Revisão e Reorganização do Plano de Intervenção Pedagógica 2013.** Disponível em <http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/pip/CARTILHA_PIP_GUIA_REVISAO_WEB.pdf>. Acesso em 26 out 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites avanços.** Educação & Sociedade. Ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>>. Acesso em 29 jun 2014.

_____. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 21 jul 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 14/07/2014.

PACHECO, José A. (1996). **Currículo: Teoria e Práxis.** Porto: Porto Editora.

PERRENOUD, Ph. (1999). **Construir as Competências desde a Escola.** Porto Alegre : Artmed Editora (trad. en *portugais de Construire des compétences dès l'école*. Paris : ESF, 1997, 2^o éd. 1998).

PINHEIRO, Roseni. **As práticas do cotidiano na relação oferta e demanda dos serviços de saúde: um campo de estudo e construção da**

integralidade. In Pinheiro; Roseni; Mattos, Ruben Araújo de (orgs.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, IMS; ABRASCO, 2001. p. 65

PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) **Administração escolar e política da educação.** Piracicaba: UNIMEP, 1997.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos.** 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4a. ed. 1a. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Por uma Geografia nova.** 3a. Ed. São Paulo, Editora Hucitec. 1986.

SANTOS, Alexandre A.; PELUSO, Marília. **A contribuição da geografia no debate sobre a integralidade na saúde - algumas reflexões.** Hygeia, Uberlândia, v.2, n.2, p.47-55,2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/16842/9267>>. Acesso em 26 out 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais:** as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Planejamento e trabalho coletivo.** Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1).

TIMÓTEO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho,** Timóteo, MG, 2012

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico.** In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília: UnB, 1979. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_2.pdf>. Acesso em 26 out 2014.